

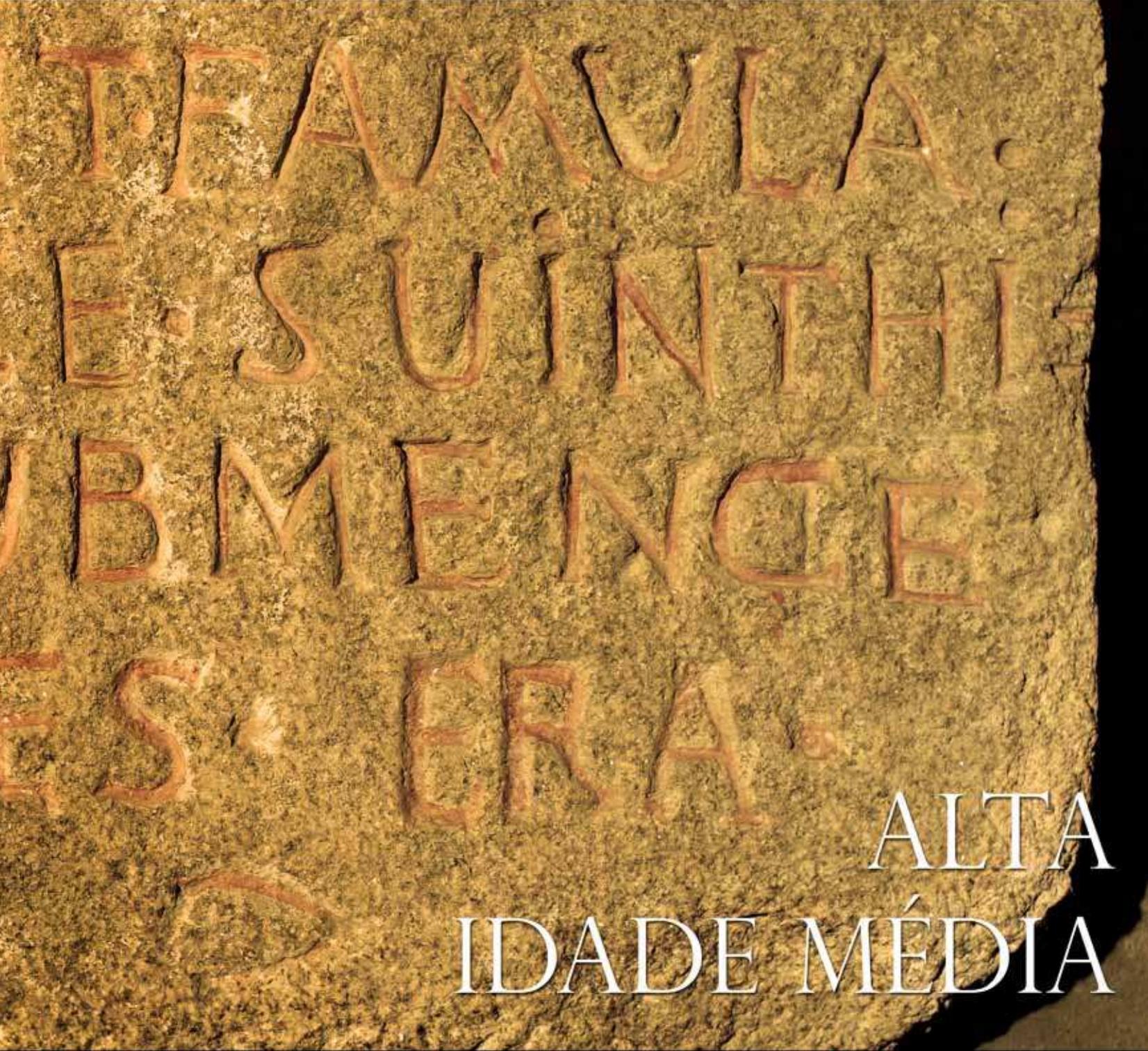
† RESQVIEVIT

XP. IN PAQ

LIUBA. SU

NOVENBR

CCCIII.



ALTA
IDADE MÉDIA

DOS “BÁRBAROS” AO REINO DE PORTUGAL

O TERRITÓRIO DE CELORICO DA BEIRA NOS SÉCULOS V A XII

Catarina Tente

Professora do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Lisboa)

Quando se pensa na Idade Média a primeira imagem que nos surge é a dos inúmeros castelos que podemos encontrar um pouco por todo País. Os castelos de Celorico e de Linhares são duas dessas estruturas que povoam a imaginação do nosso passado medievo e que o tempo e os homens quiseram preservar. Hoje algo alterados por abandonos e projectos de recuperação que marcaram a sua vida nos últimos séculos, eles conservam ainda a indelével marca do que foram no passado, quando ainda desempenhavam a função de defesa para a qual foram erigidos. Embora sejam estes castelos as marcas mais profundas que a Idade Média nos deixou no território de Celorico, eles não são os únicos que nos contam histórias e nos permitem recuperar modos de vida e de pensar das gentes que aqui viveram nessa época. Aliás estes castelos estão datados do momento em que emerge a monarquia portuguesa, tempo em que termina este nosso texto. O que aconteceu então nestas terras beirãs, marcadas pela serra e pelo Mondego, entre o fim do Império Romano e a constituição do Reino de Portugal?

O período de tempo que decorre do século V ao século XII é um dos mais obscuros da nossa História; a falta de conhecimento que temos para estes sete séculos contrasta drasticamente com a informação que possuímos quer para o mundo romano, quer para a plena Idade Média. Tal deve-se ao facto de existirem poucos documentos escritos, principalmente no que concerne a espaços rurais como a do vale do alto Mondego e à dificuldade em identificar vestígios arqueológicos destas cronologias. Não obstante, nos últimos anos a Arqueologia tem sido uma forte aliada na construção de conhecimento, e na última década têm-se compilado informações de terreno que lançam uma nova luz sobre este passado.

Devemos situar o início da Idade Média no momento em que o Império Romano do Ocidente se desmantela. Na Península Ibérica esse momento inicia-se quando, em 409, entram na Península Ibérica vários povos vindos da Europa Central e de Leste, que não tinham uma cultura romanizada e por isso foram denominados de “bárbaros”. Durante o século IV as cidades estão em decadência populacional e administrativa, motivada, em grande parte, pela saída de várias famílias pertencentes às elites municipais que, desde o século III, estavam a investir extraordinariamente nas suas propriedades rurais. Pelo contrário no século V a cidade vê aumentar rapidamente a sua população, que foge agora do campo, para onde se havia deslocado em busca de trabalho. O mundo rural, onde não existiam fortes muralhas onde a população se pudesse abrigar, mostra-se agora como um espaço vulnerável aos ataques dos povos “bárbaros”. A notícia de saques e destruição levados a cabo por estes povos de origens germânicas espalharam o terror entre a população, pelo menos desde finais do século IV. Numa reacção bem conhecida em várias épocas de instabilidade militar, há pessoas que escondem os seus bens mais valiosos nas paredes ou no chão de casas. Alguns destes esconderijos são hoje encontrados porque presumivelmente os seus donos acabaram por não ter tido a oportunidade de os recuperar. Um desses tesouros foi encontrado recentemente no concelho da Mêda, mais precisamente no sítio de Vale de Mouro (Coriscada), onde as escavações arqueológicas numa antiga villa puseram a descoberto um tesouro de mais de 4500 moedas datadas entre os finais do século III de os finais do século IV, e um conjunto de alfaias agrícolas em ferro, escondidas num muro (Coixão, 2008).

Após um período de conquistas e confrontos entre os vários povos “bárbaros” que haviam entrado na Península Ibérica, os Suevos estabelecem um reinado que se estende desde a Galiza, abrange parte da Lusitânia romana e integra o alto Mondego. Não obstante a largueza de território, o

controle territorial desta nova monarquia é localizada, tendo os monarcas muita dificuldade em governar fora do eixo Tui-Braga-Porto (Martín Viso, 2008b: p.102). O território onde se insere o actual concelho de Celorico deve ter estado à margem, quer do poder real, quer mesmo do poder episcopal. Os bispos assumem neste panorama de desagregação do mundo romano um papel fundamental na administração e na fiscalidade, ultrapassando de sobremaneira a sua acção pastoral. Data desta época o *Parrochiale Suevum* (572-579), um raro documento que elenca as sedes episcopais do reino e as suas respectivas igrejas/paróquias. As paróquias suevas não devem ser assimiladas ao conceito de paróquias pleno medievais, seriam provavelmente apenas templos religiosos, mas que teriam agregado populações em seu redor e teriam desempenhado um papel preponderante na organização do povoamento (Mattoso, 1985). As dioceses referidas neste documento mais próximas de Celorico estão, contudo, muito longínquas. Trata-se das de Viseu e de *Caliabria* (VNFC), não havendo qualquer referência a paróquias na região do alto Mondego. As paróquias que eventualmente se poderiam aproximar de Celorico são as paróquias de *Suberbeno*, que estaria na dependência de Viseu, que pode corresponder a algum dos sítios arqueológicos tardo-antigos que se conhecem entre Seia e Gouveia (Tente, 2007: 56-57) e *Osonia*, que José Mattoso (1986/87: 13) sugere poder corresponder a Seia.

Em grande parte do reino, tal como em Celorico, seriam os *potentes* locais a gerir os territórios sem qualquer controle real, situação que parece ter-se mantido após a capitulação do Reino Suevo perante os avanços do rei visigodo Leovigildo. A partir de 585 a Península Ibérica está unificada sob a coroa visigoda; apesar de ter vivido momentos em que a sua administração foi mais bem sucedida que a dos suevos, a maioria do território continuaria à margem do seu controle, num processo de ruralização crescente. A estrutura administrativa e as elites senatoriais romanas tinham desaparecido. Uma vez mais, não possuímos para o actual território de Celorico qualquer

documentação escrita emanada, quer da casa real quer do poder episcopal visigodo, levando a crer que este espaço estaria à margem destes poderes. Todavia, o aparecimento da inscrição visigoda da Igreja de Santa Maria de Açores e a referência a de cinco moedas de cunhagem visigoda (duas no Castro do Tintinollo, duas na área da actual cidade da Guarda e outra em Ademoura, também no actual concelho da Guarda) aproximam o alto Mondego do poder real, pelo menos num espaço de tempo muito concreto e que devemos situar no século VII. A inscrição é conhecida desde o século XVI, em que é pela primeira vez. Desde então, várias leituras têm sido avançadas, mas incorreram em erros de leitura devido a alterações modernas, que foram recentemente detectadas por Mário Barroca. Este último autor publica a leitura que merece mais credibilidade transcrevendo-a assim (Barroca, 1992: 514):

+ *REQVIEVIT . FAMVLA .
XPI . IN PACE . SVINTHI
LIVBA . SVB DIE . NON .
NOVENBRES . ERA .
DCCIII (folha de hera)*

Trata-se de um epitáfio a *Suinthiliuba* que faleceu a Nonas de Novembro da Era de 704, ou seja a 5 de Novembro de 666 (Fig. I).

As referidas moedas de cunhagem visigoda não circulariam, devem antes ser vistas como o resultado do entesouramento de proventos dos impostos cobrados, que eram pagos maioritariamente em géneros (Martín Viso, 2008b: 102). As moedas encontradas no alto Mondego datam do século VII e foram cunhadas em cecas (oficinas de cunhagem) localizadas em povoações fora do eixo do Mondego, algumas tão distantes como *Celo* (na Galiza), *Caeseraugusta* (Zamora), *Monecipio* (Monsanto) e *Hispalis* (Sevilha). Como e porquê estariam aqui estas moedas? Talvez possam ter sido pertença de uma

elite que, em algum momento, teria tido um relacionamento mais próximo com a monarquia visigoda, provavelmente como recolectores de impostos que reverteriam, pelo menos em parte, para a coroa (Martín Viso, 2008b: 192-193). Onde habitaria esta elite? Por ora, esta pergunta fica sem resposta, mas duas hipóteses deverão ser exploradas no futuro: no próprio Castro do Tintinollo, sítio que marca a paisagem e que se impõe ostensivamente no território; ou, alternativamente, no vale ou nas vertentes da serra. Talvez possam ter estado na área de Vale de Azares, onde se conhecem importantes vestígios romanos e alto medievais (Lobão et al., 2006), podendo ser igualmente deste período o elemento arquitectónico inserido na fachada lateral da capela de Santa Eulália na Fonte Arcada. Também no eixo definido pelas actuais aldeias dos Açores e da Aldeia Viçosa foram igualmente identificados importantes vestígios arqueológicos que nos remetem para estas cronologias.

O fim do mundo romano trouxe também outra novidade: o Cristianismo. Ainda que este novo credo tenha sido considerado como religião oficial do Império no final do século IV, na realidade o seu culto estava praticamente circunscrito às cidades e a algumas casas particulares pertencentes a grandes proprietários rurais. Julga-se que terão sido estas propriedades (*villae*) que, num primeiro momento, terão sido responsáveis pela difusão do Cristianismo no mundo rural. É provável que o sítio arqueológico de S. Gens possa ter tido neste período essa mesma função. Sendo ainda prematuro saber o que terá sido este sítio após o declínio do Império Romano do Ocidente. As escavações arqueológicas levadas a cabo em 2008 não nos permitem ainda perceber se as estruturas aí postas a descoberto teriam pertencido a uma *villa*, um *vicus* ou uma simples quinta/granja. Todavia os dados recolhidos deixam-nos adivinhar que S. Gens terá sido abandonado sem precipitações, provavelmente já após 409. Talvez neste período a sua função original se tenha alterado e aí possa ter sido construído um templo cristão. O topónimo do orago S. Gens deverá estar relacionado com

foto: Danilo Pavone

† REQUIEVIT FAMULA
XPI IN PACE SUINTH
LIUBA SUB MENCE
NOVENBRES ERA
DCCCIII

Fig. I - Inscrição da Igreja de Santa Maria de Açores

este primitivo templo. No entanto, o São Gens que aqui terá sido cultuado não terá sido o de Arles, já que o seu culto deve ter sido introduzido no actual território português no século XII, altura em que este local já estaria abandonado. O orago de S. Gens deverá, portanto, ser o mítico bispo lisboeta, cujo culto terá tido forte expressão entre as populações moçárabes (Picoito, 2008), sendo aliás bem provável ter sido estas populações a trazer este culto para Celorico. Partindo desse pressuposto, que deverá ser confirmado no seguimento da investigação, podemos considerar duas hipóteses: ou existe um templo em S. Gens, construído entre os séculos V e VII que após o século VIII terá sido dedicado a São Gens de Lisboa; ou, alternativamente, podemos admitir também que o templo e a necrópole de S. Gens já nada têm que ver com o antigo sítio tardorromano e que seriam, portanto, de fundação moçárabe. Seja uma alteração de orago ou uma fundação moçárabe, devemos situar a dedicação deste templo a São Gens num momento após as conquistas de Afonso III das Astúrias (866-910), em que pela primeira vez um rei cristão do Norte avança até ao Mondego. Este movimento conquistador do monarca astur originou a deslocação de muitas populações cristãs que habitavam territórios sob administração do Califado de Córdoba para as terras então conquistadas. Este antigo templo, que não foi ainda identificado no terreno, foi certamente o responsável pela agregação de um tão grande número de sepulturas escavadas na rocha. Estas são inequivocamente uma novidade trazida pelas práticas funerárias cristãs. No caso da necrópole de S. Gens a sua utilização não deve ter ultrapassado o século XI, sendo porém impossível, por agora, determinar o momento da sua fundação.

Nos últimos anos da monarquia visigoda ter-se-á agudizado a autonomia dos poderes locais, consequência natural da instabilidade política então vivida e que, em última análise, levou a que em 711 os muçulmanos irrompessem pela Península Ibérica e em poucos anos passassem a controlar

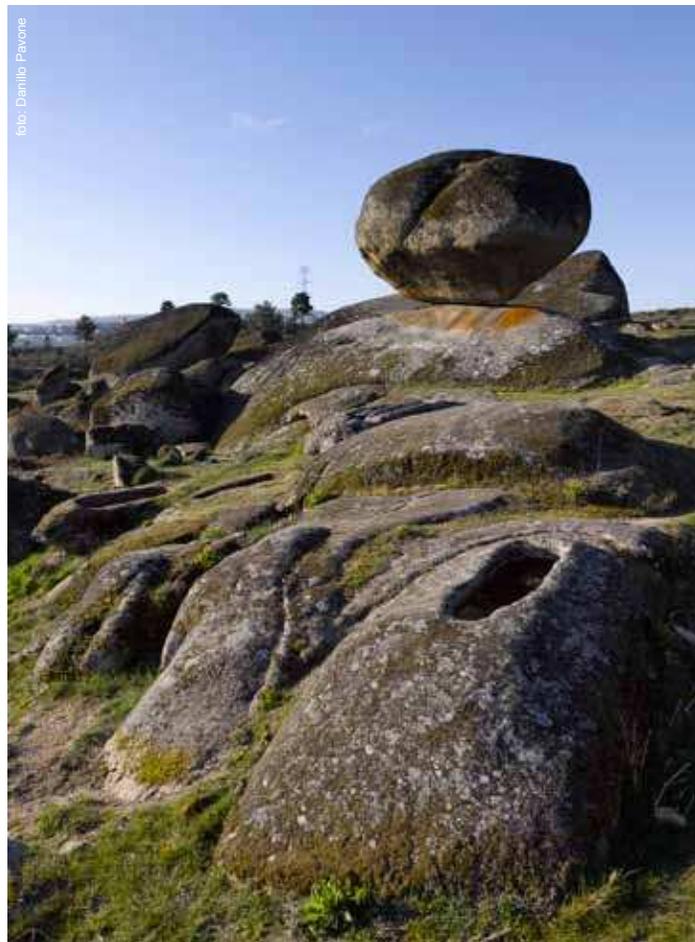


Fig. II - Necrópole de S.Gens

politicamente a maior parte do território peninsular. O espaço situado entre as cordilheiras cantábrica e astur e o limite sul da cordilheira central seriam “terras de ninguém”, territórios que não eram efectivamente controlados em termos políticos, seja por cristãos, seja por muçulmanos, mas que não eram vazios populacionais. Aí, as comunidades ter-se-ão organizado sem qualquer enquadramento administrativo supra-local,

à semelhança do que ocorria, pelo menos em algumas áreas, desde o século V. O território do alto Mondego estava no limiar desta fronteira. Não obstante, esta região ter estado, pelo menos teoricamente, sobre administração islâmica, não se conhecem praticamente vestígios resultantes dessa ocupação. Aqui viveriam populações maioritariamente cristãs e é provável que, para manterem certa independência, pagassem tributo a Córdova e, depois, ao rei da taifa de Badajoz. Os vestígios mais eloquentes da presença muçulmana são os topónimos. Devemos, porém, colocar de lado os vários topónimos existentes na região que remetem para mouros, moira, moura encantada, ou outras variantes como serão mourela ou mourilhe (Vieira, 2005). Nestes casos, os topónimos não devem estar relacionados com a presença efectiva de muçulmanos nessas paragens, mas antes com o ideário popular que os relaciona, de forma frequente, com sítios arqueológicos, reconhecendo a antiguidade desses locais como sendo dos “antigos” ou “do tempo dos mouros”. É, aliás, frequente este tipo de topónimos designar sítios com sepulturas escavadas na rocha, como acontece, por exemplo, com o sítio da Pia dos Mouros, na freguesia de Fornotelheiro, ou de Quinta do Mouro, em Cortiçô da Serra. Existem, contudo, outros topónimos que nos remetem para palavras de origem árabe ou berbere, como são os casos de: Mesquitela, que deve ser relativo a uma mesquita que aí deve ter existido; Almagre, que parece ter origem na palavra árabe para barro ou ocre; Vale de Azares e Quinta de Azares, que podem estar relacionados com a palavra Zahr, que se refere à flor branca do limoeiro ou laranjeira (Vieira, 2005); Soida (freguesia da Rapa), que designa em árabe local elevado, terra alta ou meseta (Tente, 2007b). Mas a presença destes topónimos é apenas uma sombra da presença, mais ou menos esporádica, dos povos do Sul. Sabemos que por aqui passaram, que por aqui devem ter comerciado, que por aqui alguns podem ter residido; porém, os traços materiais dessa presença não são ainda conhecidos. A investigação sobre esta época está ainda no início e é possível

que o futuro nos traga mais informações sobre as populações muçulmanas que aqui se cruzaram com as gentes cristãs. A comprovar definitivamente este facto, relembre-se que num documento datado de 1023 há referência a um mouro procedente de Seia, cativo na área do Vouga, cujo valor do resgate era alto, ilustrando que provavelmente pertenceria a famílias abastadas (Mattoso, 1986/87: 15). Esta rara menção atesta que viveram muçulmanos nas faldas da Serra da Estrela, faltando agora identificar os vestígios materiais desta presença.

Nos séculos VI a XI o território do alto Mondego esteve, como vimos, marcado essencialmente pela ausência de intervenção dos poderes centrais e pela incapacidade dos senhores locais emergirem num panorama mais regional. Viviam-se tempos de grande instabilidade política e, conseqüentemente, militar, tendo a área sido palco de incursões ora muçulmanas, ora cristãs, ora mesmo entre vizinhos. Ainda que houvesse momentos mais conturbados e outros mais pacíficos, a guerra fazia parte da vida dos habitantes destas terras, que sentiram a necessidade de encontrar mecanismos de defesa. Foi a insegurança o motor do abandono de povoações localizadas em terrenos mais vulneráveis a ataques e a criação de pequenos sítios nos planaltos mais elevados da Serra da Estrela, onde a dificuldade de acesso providenciava uma defesa natural (Tente, 2007). Será também a procura de segurança a responsável pela construção das primeiras estruturas defensivas, precursoras dos castelos característicos do ideário medieval. Aquelas primeiras estruturas, muito rudimentares, eram erguidas entre penedos graníticos, escolhidos pelas suas características de protecção natural, que eram esculpido de forma a suportarem paliçadas, escadas, pisos, telhados e paredes. Recorria-se igualmente à construção de estruturas em pedra seca, não trabalhada, muitas das vezes empilhadas sem qualquer ligante ou mesmo qualquer ordem. Eram estruturas muito diferentes dos castelos que o século XII trouxe a Linhares ou a Celorico, mas tinham uma função em comum: a defesa de populações e bens e de

um território mais ou menos circunscrito. Conhecemos junto a Arcozelo da Serra, no actual concelho de Gouveia, uma destas estruturas que foi destruída por um incêndio na segunda metade do século X. É igualmente provável que, por esta mesma altura, tenham existido castelos refúgio (Barroca, 2004: 189) deste género em Gouveia, Folgoso, Linhares e Celorico. Estes castelos teriam sido erguidos por iniciativa das populações locais, não se sabendo se o terão feito no âmbito comunitário, ou se promovido por alguém mais abastado pertencente à população local.

É neste contexto que devemos situar a construção do povoado alto-medieval de S. Gens. Localizado no vale do Mondego, o sítio não se destaca na paisagem; bem pelo contrário, a implantação neste espaço em concreto terá

respondido às necessidades de defesa da população que explorava o vale. Para se proteger, esta comunidade ergueu um recinto fortificado com apenas uma entrada, virada a Nordeste, que era protegida por um conjunto de tor graníticas, de elevada altura, que ainda conservam alguns entalhes gravados onde assentariam plataformas elevadas que permitiam a vigilância do acesso ao povoado. As escavações arqueológicas efectuadas em 2008 permitiram ainda reconhecer que o aparelho defensivo era constituído por uma muralha com base em pedra, com uma altura estimada de um metro, à qual se adossava, pelo lado interior, uma plataforma que suportava uma paliçada. O perímetro do sistema defensivo tem uma forma mais ou menos ovalada e comportaria várias unidades habitacionais. Estas eram construídas na totalidade com materiais perecíveis, algumas



Fig. III - Vista para a estação arqueológica de S.Gens

delas aproveitando a parte interior da própria muralha à qual se encostavam. A necrópole de S. Gens estaria em uso por esta altura. O fim da ocupação de S. Gens deve estar relacionada com a construção da primitiva estrutura defensiva de Celorico, que deve ter providenciado defesas mais eficazes à população. Por meados do século XII D. Afonso Henriques, com a atribuição da carta de foral a Celorico da Beira, reconhece a necessidade de aí fixar população que pudesse empreender a defesa deste espaço. O crescimento populacional de Celorico ter-se-á concretizado em prejuízo de S. Gens e eventualmente de outros sítios de menor dimensão localizados no vale do Mondego.

Haveria igualmente lugares de habitação sem qualquer estrutura defensiva; estes são, porém, menos conhecidos, porque mais difíceis de reconhecer no terreno. As estruturas habitacionais seriam construídas em materiais perecíveis, isto é, recorria-se às madeiras, palhas, colmos, giestas para levantar uma casa. O tempo pouco conserva destes materiais dificultando, desse modo, a sua identificação nos nossos tempos. Felizmente existe um tipo de vestígio arqueológico desta época muito mais durador e muito comum nas paisagens beirãs: as sepulturas escavadas na rocha, que são a expressão mais visível da antropização do território durante a Alta Idade Média nesta região. Elas cristalizaram no tempo a presença de pessoas e reflectem, não só a sua religião e a forma como se relacionavam com a morte, mas também os seus modos de vida, ainda que de forma indirecta. A imagem que hoje temos da sua distribuição está, contudo, truncada. Ao longo dos tempos muitas foram destruídas, reaproveitadas noutras construções ou simplesmente amortizadas com terras. Este tipo de vestígio funerário aparece, ainda assim, um pouco por todo o lado. Para o actual concelho de Celorico conhecem-se mais de 183 sepulturas agrupadas em cerca de 35 sítios diferentes. As sepulturas tanto se identificam nas vertentes mais íngremes da Serra da Estrela (por exemplo, na Tapada da Serra, na freguesia de Linhares), como junto a

antigos caminhos ou integradas em vales das ribeiras ou do rio Mondego (Tente, 2007; Lobão *et al.*, no prelo). Na maioria dos casos, as sepulturas aparecem isoladas ou em pequenos grupos de duas ou três sepulturas. Este tipo de sítios representa 68% do universo conhecido, enquanto os agrupamentos de mais de seis



Fig. IV - Sepulturas da Tapada da Serra - Linhares da Beira

sepulturas apenas representam 22 % dessa realidade. São raras as grandes necrópoles. A exceção que confirma a regra é uma das maiores necrópoles rupestres conhecidas na Beira Interior: ~~referimo-nos à~~ necrópole de S. Gens, já referida acima, onde se identificaram 52 sepulcros, para além de uma quantidade indeterminada já destruída, nomeadamente no corte de pedra para a construção do lagar, actualmente convertido em restaurante, localizado a Nascente.

Para além da óbvia utilidade que as sepulturas tiveram, que mais nos poderão elas transmitir? A sua dispersão pelo território ilustra parte do povoamento, ou seja, as sepulturas estariam, na maioria dos casos, perto dos locais de habitação das pessoas que nelas se faziam sepultar. Várias teorias têm sido avançadas para interpretar a sua dispersão, mas uma coisa parece clara, normalmente, as sepulturas estão próximas de vestígios arqueológicos consentâneos com locais de habitação. Dos sítios com sepulturas do concelho de Celorico, cerca de dois terços têm vestígios de telhas e olaria de cozinha e armazenamento, o que indica que provavelmente as pessoas integravam as sepulturas dos seus familiares na propriedade onde viviam. As necrópoles estavam igualmente próximas dos aglomerados de maior dimensão, como S. Gens. Neste caso, apesar da necrópole se situar muito próximo da aldeia/povoado, sintomaticamente não há uma única sepultura dentro do limite da área habitada.

A dispersão das sepulturas escavadas na rocha reflecte igualmente a falta de capacidade, por parte do poder eclesiástico, de impor os cânones das práticas funerárias. As autoridades religiosas só parecem conseguir controlar os rituais de morte a partir do momento em que se estabelece a rede de paróquias medievais, processo que resulta do repovoamento e reordenamento territorial português datado já da segunda metade do século XII. Ao contrário das paróquias suevas, esta rede implica o estabelecimento de limites territoriais bem precisos entre as várias paróquias. À frente de cada uma destas circunscrições estaria uma igreja que congrega o pagamento das

contribuições eclesiásticas dos seus paroquianos (ou seja das pessoas que habitavam o território da paróquia) e dirige a sua vida espiritual. Aqui ocorrem os vários sacramentos da vida de um católico, entre os quais o do último sacramento e respectiva inumação. A nova igreja agregava agora todos os enterramentos dos habitantes da sua paróquia, definindo espaços de cemitério que se encontra em redor ou dentro da própria igreja. O século XII marcará, assim, a alteração do modo de enterrar os mortos. É, contudo, de esperar que o ritual de sepultar em sepulcros escavados na rocha se prolongue por mais tempo, principalmente em espaços rurais que são reconhecidamente mais conservadores. Foram identificadas sepulturas escavadas na rocha em cemitérios agregados a igrejas paroquiais utilizadas até ao século XV, tal como documentado no caso da necrópole de S. Pedro de Marialva (Cunha *et al.*, 2001). A dispersão de sepulcros pelo território tende, no entanto, a cessar a partir desta época.

Em 866 Afonso III das Astúrias sobe ao poder e revoluciona a guerra entre cristãos e muçulmanos, empurrando a linha de fronteira para sul do Douro. Iniciando a sua campanha com as presúrias de *Portucale* e Chaves, em breve o rei e os condes cristãos chegariam a Coimbra e a Lamego, estabelecendo a linha de fronteira a Sul pelo Mondego e a Este pelo rio Côa. Pela primeira vez desde 711 o território celoricense passaria a ser administrado pelo poder emanado do Reino das Astúrias. A conquista destes novos territórios implicou uma reestruturação administrativo-militar baseada nas *civitates*, que eram amplos territórios que se organizavam em torno de uma estrutura defensiva, que comandava toda a defesa desse espaço (Barroca, 2004). É possível que Celorico pudesse estar englobado na *civitas* de Seia (Teixeira, 2002), pois não há nenhuma referência a *civitates* para o alto Mondego. Eventualmente também poderia estar na dependência de Trancoso, território que esteve sob a administração da família condal de D. Rodrigo Teodones (Barroca, 2004). A fronteira do Mondego mantém-se por mais

de um século nas mãos da coroa cristã, mas em 997 toda a região cede às conquistas de Al-Mansur. A documentação da época refere que terá sido em Viseu que vários condes cristãos se juntam ao exército muçulmano para combater o seu rei, e que daí teria partido a expedição que os levaria a Santiago de Compostela. Apesar dos ataques terem, portanto, atingido áreas bem a norte do Douro, a fronteira acaba por se estabelecer neste rio. Todo o espaço então reconquistado passa novamente a ser palco de incursões cristãs mais ou menos violentas, tendo, numa delas, dirigida a Viseu, perdido a vida o rei cristão Afonso V, em 1028. Problemas internos no califado levarão ao fraccionamento do mesmo em pequenos reinos (as taifas), criando condições políticas para um novo e definitivo avanço cristão até ao Mondego. O rei astur-leonês Fernando, o Magno, leva a cabo a chamada “Campanha das Beiras”, conquistando a rede de castelos que circunda a antiga fronteira do Côa e toda a linha que defendia a via colimbriana, tomando Coimbra em 1064. Segundo a Crónica de Dom Rodrigo de Toledo, o castelo de Seia teria passado para mãos cristãs, sem combate, mediante um acordo em que os habitantes da *civitas* se tornariam súbditos do rei e a este pagariam um tributo (Mattoso, 1986/87: 14).

É neste contexto que emergem da documentação os castelos das faldas da Serra. Estes organizam uma defesa coerente e articulada do vale do Mondego e da via colimbriana, marcando de forma ostensiva a paisagem. Esta organização evidencia uma estruturação supra-local que visou a defesa de um território alargado e que terá igualmente sido responsável pela construção de várias vias calcetadas, de que ainda restam vestígios, ligando os castelos de Celorico, Linhares e Folgoso. É possível que esta organização possa emanar da *civitas* de Seia, que é constituída após as conquistas ocorridas no reinado de Afonso III das Astúrias. O retorno à administração do reino leonês implicou uma nova organização dos territórios.

As antigas *civitates* dão agora lugar às *terras*, circunscrições

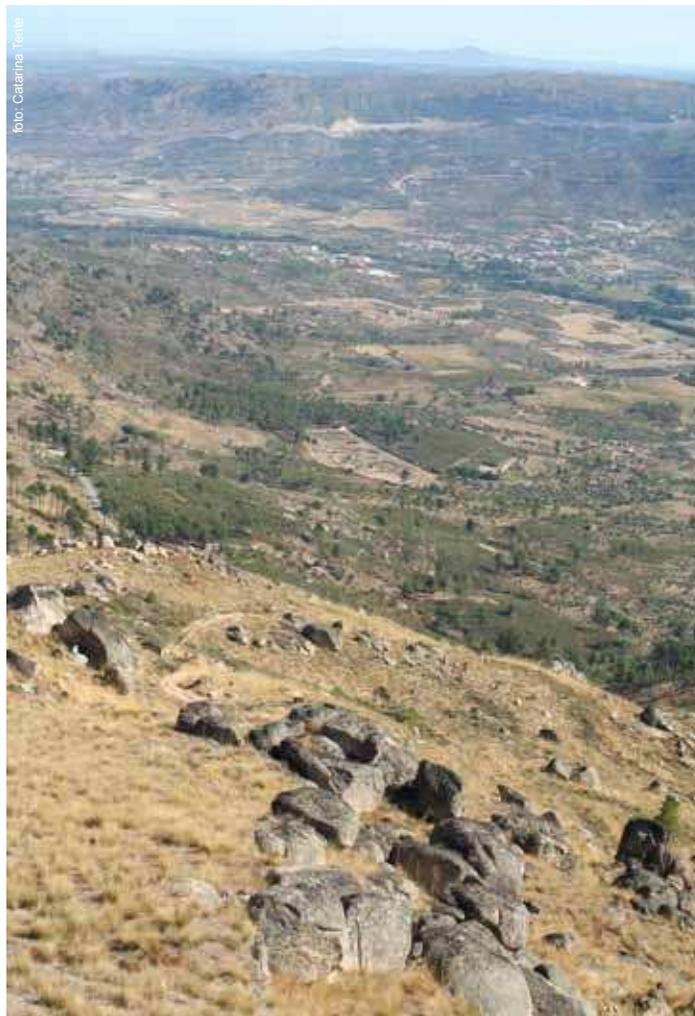


Fig. V - Vista para Norte a partir do povoado da Soida (Rapa), vendo-se o vale do Mondego no início da bacia de Celorico e ao longe Trancoso e a Serra da Marofa.

de menor dimensão, à frente das quais estaria um castelo cabeça-de-terra que comandava a defesa do seu território e que seria administrado por um delegado do rei. Os senhores locais,

que teriam dominado muitos dos territórios anteriormente sob administração muçulmana, são agora reconhecidos pelo próprio rei, o qual, delegando neles poderes, premeia a sua acção e fomenta a sua fidelidade. A documentação do século XI (Mêrea e Girão, 1944) apenas refere para a região do alto/médio Mondego os territórios de *Sena* (Seia) e *Azurara* (Mangualde), não sendo mencionado mais nenhum território para Este. Aliás a Este de Seia os reis desenvolveram outros mecanismos de repovoamento, principalmente através da atribuição sistemática de cartas de foral. Fomentaram e reforçaram assim o poder municipal, talvez por não terem encontrado aí uma nobreza local com força e/ou capaz de fidelidade ao rei português. A partir do século XI o povoamento altera-se e inicia-se um processo de concentração populacional, dando origem à maioria das aldeias que ainda hoje existem, em detrimento do povoamento mais ou menos disperso que marcara os séculos anteriores.

Celorico nos séculos XI e XII foi o ponto de contacto entre duas linhas de fronteira bem definidas por redes articuladas de castelos (Riley, 1991: 152). Aqui se cruzam o sistema defensivo constituído pelos castelos que se situam em torno dos rios Côa e Távora, e que defendiam a fronteira Este, e o sistema que protegia a via colimbriana, constituída pelos castelos implementados a meia encosta da serra, como Linhares, Folgoso, Gouveia e Seia. As populações concentram-se agora nas recém-criadas vilas e aldeias que crescem em redor das igrejas paroquiais. Ainda assim, a serra continuava a providenciar um dos melhores locais de defesa da região. As populações de pastores continuam a habitar os cumes da serra, apesar das condições de vida serem aí mais difíceis.

No sítio onde se localiza o marco geodésico da Soida foi estudado um povoado de fundação medieval onde, uma vez mais, se aproveitaram os afloramentos de granito para delimitar e proteger a área habitada, erguendo uma muralha de pedra e terra nos espaços entre os afloramentos graníticos (Tente,

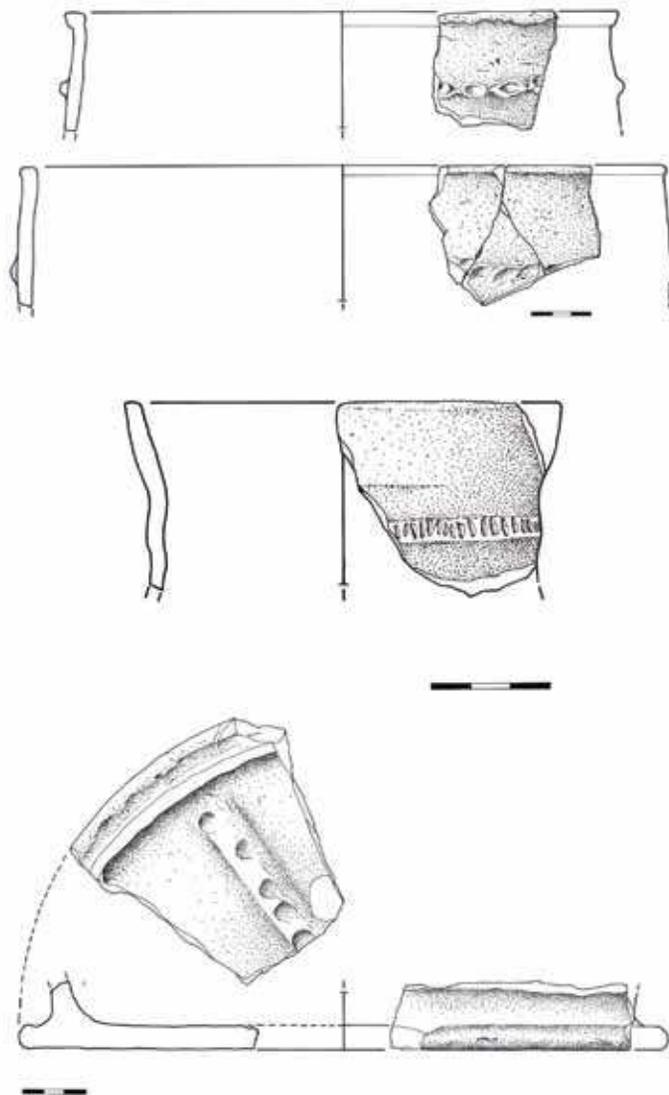


Fig. VI - Fragmentos cerâmicos da Soida (Rapa)

2007b). A sua localização geográfica é também expressiva: ocupa um dos últimos esporões da vertente noroeste da Serra da Estrela, controlando visualmente o vale do Mondego, desde a ribeira do Caldeirão até à curva do rio junto a Celorico. Apesar de se encontrar em frente do Castro do Tintinholo, localizado do outro lado do vale, não marca, como aquele, a paisagem; antes pelo contrário, passa despercebido para quem observa esta correnteza de montes, não se situando no ponto mais alto nem no mais destacado da região. Daí se avista, para Norte, Trancoso e a Serra da Marofa; para Este, o planalto da Guarda; e para Oeste, a via medieval que ligava Linhares à Guarda. Apesar da sua grande espessura, a altura da muralha não deveria ser significativa, e só uma paliçada (cuja existência ainda não se comprovou) poderia ter elevado a altura desta estrutura e ter-lhe conferido ~~mais~~ capacidade defensiva. Não obstante a

grande área amuralhada, o espaço só deve ter sido ocupado por quatro a seis unidades habitacionais. Estas localizavam-se onde o vento frio é menos intenso, ou seja, junto das muralhas e em pequenas plataformas mais abrigadas, estando a maioria do espaço interior livre, o que nos sugere que grande parte dessa área teria servido para guardar rebanhos, bens fundamentais para estas gentes que viveriam fundamentalmente de uma economia pastoril. O sítio é abandonado no século XII para não mais voltar a ser usado como local de habitação.

No século XII emerge o Reino de Portugal, acarretando para esta região uma completa alteração político-militar responsável pelas mudanças na relação ~~destas~~ gentes de Celorico com o Poder, o que implicou, por sua vez, não só a concentração dos locais de habitação, mas também dos locais onde se presta culto e onde se enterram os mortos.



Fig. VII - Aspectos dos trabalhos de escavação arqueológica no povoado fortificado da Soida (Rapa)

Bibliografia:

ALARCÃO, J. de (1993): *Arqueologia da Serra da Estrela*, Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas.

ALARCÃO, J. de (2001): “Os nomes de algumas povoações da parte portuguesa da Lusitânia”, *Sociedad y Cultura em Lusitania Romana (IV Mesa Redonda Internacional)*, Mérida, p. 165-172.

BARROCA, M. J. (1992): “A inscrição de Sta. Maria de Açores (666). Nova leitura”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2º série, vol. IX, Porto, p. 507-516.

BARROCA, M. J. (2000): “Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior”, In: *Beira Interior - História e Património*, Câmara Municipal da Guarda, Guarda, p. 215-238.

BARROCA, M. J. (2004): “Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX a XI)”, *Portugália*, Nova série. Vol. XXV, FLUP, Porto, p. 181-203.

COIXÃO, A. e SILVINO, T. (2008): “Vale de Mouro (Coriscada - Meda) intervenção arqueológica do ano de 2007”, *Côa Visão*, Nº. 10, Câmara Municipal de V.N.F. Côa, Vila Nova de Foz Côa, p. 253-277.

CUNHA, E., UMBELINO, C., TAVARES, T. (2001): “A Necrópole de São Pedro de Marialva. Dados antropológicos”, *Estudos*, 1, IPPAR, p. 139-143.

LOBÃO, J. C.; MARQUES, A. C.; NEVES, D. (2006): “Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo”, *Praça Velha*. Nº19, Câmara Municipal da Guarda, Guarda, p. 15-37.

LOBÃO, J. C.; MARQUES, A. C.; NEVES, D. ((no prelo): *Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Celorico da Beira*. Celorico.

FERNANDES, A (1968): “Paróquias Suevas e dioceses Visigóticas”, *Arquivo do Alto Minho*, Viana do Castelo, p. 14-16.

GOMES, R. (2001): *Castelos da Raia*. Vo.I I - Beira.,

IPAAR, Lisboa.

MARTÍN VISO, I. (2008a): “Tremisses y potentes en el nordeste de Lusitania (siglos VI-VII)”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, Nouvelle série, 38 (1), Casa de Velázquez, p. 175-200.

MARTÍN VISO, I. (2008b): “Leoneses y portugueses en el territorio de Sabugal” In: Museu do Sabugal. *Colecção arqueológica*, Câmara Municipal do Sabugal, Sabugal, p. 100 - 111.

MATTOSO, J. (1985): “A história das paróquias em Portugal”. In: *Portugal Medieval: Novas interpretações*, INCM, Lisboa: p.37-56.

MATTOSO, J. (1986/87): *Seia na Idade das Trevas*, Câmara Municipal de Seia, Seia.

MATTOSO, J. (1992a): “A época sueva e visigótica / Portugal no reino asturiano-leonês”. In *História de Portugal. Vol I: A Monarquia Feudal*, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 300-359; 439-565.

MEREA, P. e GIRÃO, A (1944): “Territórios Portugueses no Século XI,” *Revista Portuguesa de História*. II, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 255-263.

PICOITO, P. (2008): “A Trasladação de S. Vicente. Consenso e Conflito na Lisboa do século XII”, *Medievalista online*. n.º4, <http://www2.fcsh.unl.pt/liem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-picoito.htm>.

PINA, M. I. (1998): *A Encosta Ocidental da Serra da Estrela. Um Espaço Rural na Idade Média*, Patrimonia, Cascais

RILEY, C. G. (1991): “A Guerra e o Espaço na Fronteira Medieval Beirã. Uma abordagem preliminar”, *Revista de Ciências Históricas*, VI, Universidade Portucalense, Porto, p. 145-159.

TEIXEIRA, R. (2002): “Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (Séculos IX-XIV)”. In: *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500 - 1500)*, Edições Colibri, Lisboa, p. 791-794.

TENTE, C. (2007a): *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*. Trabalhos de arqueologia 47, IPA,

Lisboa .

TENTE, C. (2007b): “O Alto Mondego: terra de fronteira entre cristãos e muçulmanos”, *Promontória*, 5, Universidade do Algarve, Faro, p. 245-269.

VIEIRA, M. A. (2005): “Subsídios toponímicos para o conhecimento da influência muçulmana a sul do Douro”. In: *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, Câmara Municipal de Palmela/FLUP, Palmela/Porto, p. 53-67.

